

Fórum Municipal de Participação Cidadã “Tá Selado”: análise da participação política de lideranças comunitárias do bairro da Terra Firme, Belém-PA¹

Lucas Silva Cavalcante Franco
Universidade Federal do Pará

Fernanda Valli Nummer
Universidade Federal do Pará

1 Introdução

O bairro Terra Firme (TF), em Belém-PA, surgiu na década de 1970 a partir da ocupação de terras da Universidade Federal do Pará (UFPA) por grupos empobrecidos expulsos do centro da cidade (Pinto; Ribeiro, 2021). Marcado pela violência e criminalidade, o bairro também se destaca por ações coletivas da comunidade que reivindicam soluções estatais e promovem atividades culturais para combater seu estigma.

No campo político, lideranças comunitárias atuam como representantes que buscam influenciar decisões públicas e ampliar a participação da população (Putnam, 2000). Em TF, essas lideranças criaram o Movimento Tucunduba Pró-Lago Verde (MTPLV), em 2021, aproveitando a abertura do Fórum “Tá Selado” para participação cidadã, com foco na macrodrenagem do canal do rio Tucunduba.

O estudo da participação política dessas lideranças comunitárias configura-se a partir da perspectiva do participacionismo de Lavalley (2016), o qual representa uma oportunidade equitativa para os membros da sociedade influenciarem as decisões, podendo resultar na redução das disparidades socioeconômicas e na superação das desigualdades. Nesse contexto, o objetivo do artigo é analisar a participação política dos conselheiros do “Tá Selado” no processo da macrodrenagem do Lago Verde e as inter-relações entre suas atuações nos espaços institucional e não institucional.

2 Referencial teórico

A Ciência Política clássica sempre esteve centrada em relacionar os indivíduos e sua atuação política através da tomada de decisões, sendo uma herança da Eclésia grega, a forma de participação mais reconhecida por essa área de estudo era o voto (Gohn, 2019a). Nos últimos anos, o campo de estudo começou a ser aberto para outras formas de fazer política, por exemplo, focalizando nos personagens que a compõem.

Em espaços nos quais há um isolamento e, como sequela, um abandono por parte dos poderes públicos, as associações tornam-se objetos de estudo importante para a compreensão das formas de participação política baseada na solidariedade e na reafirmação das suas identidades (Gohn, 2022).

¹ Pesquisa financiada pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

Isso se deve ao fato de atuarem em diversos modelos de mobilização social com diversificadas formas de organizações associativas, baseadas na solidariedade e demanda simbólicas (Melucci, 1989). Nesse contexto, destaca-se o bairro Terra Firme.

A Terra Firme é um bairro que está localizado em Belém-Pará e nasceu da necessidade de moradia de famílias de baixa renda que enxergaram na migração para capital uma possibilidade de oportunidades de emprego e renda no comércio formal e informal que se constituía na cidade. O fato do bairro ser próximo ao centro foi um fator atenuante para permanência desse grupo na região (Pinto; Ribeiro, 2021). A ausência de infraestrutura adequada no local implica, entre outras dificuldades, em constantes alagamentos, precarização do acesso à energia elétrica e água potável, sendo uma problemática antiga no local, desde sua fundação até o presente momento com insuficientes melhorias (Brito, 2014).

A precariedade de infraestruturas afeta as periferias dos centros urbanos de diversas maneiras, como é o caso da Terra Firme. De acordo com Ferreira, Coelho e Nascimento (2023), a falta de assistência do Estado para promover melhores condições de moradia e dignidade à população em geral, é uma das problemáticas socioespaciais que surgiu a partir do processo de periferização marcado na criação do bairro. Isso, para os autores, reforça a visão dos bairros periféricos como áreas de menor importância e reforça sua desigualdade socioespacial.

De acordo com Pinto e Ribeiro (2021), a desigualdade socioespacial é marcante no bairro da Terra Firme e é assinalada pelos aglomerados subnormais, cotas de altimetria e proximidades com instituições públicas. Além disso, a violência e a criminalidade através dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) são expressões de outras precariedades e um fator de reforço a elas. Os autores argumentam que a questão central, mais do que a redução das desigualdades, assenta-se na afirmação das diferenças e no potencial dos atores (atingidos pela injustiça espacial) para formar alianças capazes de agregar interesses distintos na luta pelo direito à cidade.

Tendo, atualmente, cerca de 61.439 habitantes (Brasil, 2010) o bairro da Terra Firme é muito estigmatizado por sua localização, histórico de violência e inúmeros problemas sociais que, consequentemente, acabam criando uma certa identidade social aos seus moradores. Apesar desses problemas, os moradores do bairro são engajados em projetos sociais e ativos politicamente. O bairro possui inúmeras atividades culturais que são promovidas por diversos grupos da sociedade civil: coletivos, associações e movimentos atuantes no bairro que são impulsionados no intuito de combater os diversos estereótipos e modificar o cenário da comunidade através de ações sociais que tentam ressignificar esse espaço e a vida de seus moradores (Lira, 2018).

Em concordância, Pinto e Ribeiro (2021) descrevem que uma possível forma de superar as (in)justiças socioespaciais pelos moradores da Terra Firme seria por meio da formação de alianças capazes de agregar interesses distintos na luta pelo direito à cidade, as quais já são realizadas por meio dos grupos sociais do bairro. Dessa forma, essa superação pode envolver a organização comunitária, a participação em movimentos sociais e a busca por políticas públicas que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades socioespaciais.

Mansbridge (1983) enfatiza a importância da participação dos cidadãos na tomada de decisões políticas ao argumentar que, em uma democracia saudável, as decisões devem ser tomadas por meio de um processo deliberativo que envolva uma ampla gama de vozes e perspectivas. Nesse contexto, as

lideranças comunitárias desempenham um papel fundamental ao representar os interesses e preocupações de suas comunidades. A autora enfatiza a importância da escuta atenta e empática por parte das lideranças comunitárias e possuir essa característica está diretamente relacionado ao capital social construído ao longo da trajetória da liderança e aos seus valores democráticos.

2.1 Participação política

A tradição de pesquisas envolvendo a participação política se inicia com Milbrath (1981), o qual a conceituou como conjunto de ações que se restringem ao momento eleitoral. Esse início conceitual era mais restrito e dividia a participação política em quatro modalidades: voto, atividades de campanha, contato político e atividades cooperativas (Borba, 2012). Com o passar dos anos e o desenvolvimento das pesquisas no ramo, o conceito de participação foi se adaptando a outras perspectivas.

Desde as últimas décadas do século XX, cientistas políticos trouxeram a forma de participação política de outros núcleos sociais, tais como Robert Dahl (2012), com as chamadas organizações independentes e o pluralismo social e organizacional. A partir dele, abre-se espaço para inclusão de outros grupos no processo de fazer política, por exemplo, os movimentos sociais, desconstruindo a ideia de partidos políticos como únicos atores importantes (Teixeira, 2018).

Para Gohn (2019a), a participação política mais mencionada e considerada efetiva pela Ciência Política era o ato de votar, seguido pela participação em atividades político-partidárias, porém novas formas foram sendo consideradas com o passar do tempo. Em concordância, Baquero (2003) destaca que as pessoas têm começado a encontrar mecanismos informais de participação política para transmitir suas demandas sociais e, cada vez mais, tentam resolver essas reivindicações.

Para Avritzer (2017), a participação política vai além do simples ato de votar nas eleições, defendendo a participação ativa dos cidadãos em todos os aspectos da vida política, desde a formulação de políticas até a implementação e avaliação dessas mesmas políticas. A partir disso, pode-se pensar no conceito de "democracia deliberativa participativa" que consiste na democracia não ser apenas representativa, mas também deve ser participativa, na qual os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente na tomada de decisões políticas (Kristan, 2023).

Pateman (1992) aponta que a concretização da democracia participativa na prática enfrenta dois desafios centrais: o papel educativo da participação e a importância fundamental da indústria. A primeira questão envolve a exigência de que a participação da população seja acompanhada de um processo educacional que capacite os cidadãos a adquirir as competências e conhecimentos essenciais para participar eficazmente no processo de tomada de decisões políticas. A segunda questão refere-se à necessidade de democratizar as estruturas de autoridade nas indústrias, um processo que pode ser complexo e repleto de desafios.

Outro ponto abordado por Pateman (1992) consiste na teoria da democracia participativa estar intrinsecamente ligada à noção de engajamento político. Isso porque defende a participação ativa dos cidadãos na formulação de decisões políticas, promovendo a inclusão deles em processos deliberativos e consultas populares. Esse fator implica que a democracia participativa amplie a concepção de engajamento político, abarcando a participação em áreas como o local de trabalho e organizações não governamentais.

A participação política eficaz envolve a criação de espaços públicos onde os cidadãos possam se envolver em discussões informadas, deliberar sobre questões políticas, tomar decisões e monitorar a ação do governo (Almeida, 2020). Avritzer (2012) enfatiza a importância da inclusão de grupos marginalizados e minorias no processo decisório, promovendo a igualdade e a justiça social. Além disso, o autor destaca a importância da participação cidadã na esfera local e da construção de uma democracia de baixo para cima.

A cultura política da participação reflete a crença dos indivíduos sustentada pelas demandas individuais e coletivas, semelhante a ideia defendida por Pizzorno (1971), na qual a solidariedade entre os indivíduos seria a base para a participação política no sentido de estabelecer suas necessidades coletivas no sistema de governo dominante. O engajamento ou não dentro dessas redes de solidariedade é reflexo da trajetória pessoal dos indivíduos e em quais espaços de socialização política estão inseridos (Gohn, 2019a).

Segundo Laval (2016), a participação política deve ocorrer de modo a possibilitar algum nível de igualdade entre os atores sociais no processo de tomada de decisões, o que, em perspectiva teórica, pode favorecer a equalização socioeconômica e a superação de desigualdades. Em concordância, Gohn (2019b) descreve que a participação evoluiu ao longo do tempo e passou a ser reconhecida como um indicador de cidadania, estando intrinsecamente ligada à problemática da exclusão social. A participação requer ser ativo e levar em conta a vivência única de cada cidadão envolvido, evitando tratá-los como entidades sem forma a serem encaixadas em estruturas predefinidas, seguindo um modelo pragmático (Gohn, 2004).

Gohn (2004) destaca quatro pressupostos sobre o conceito de participação, os quais defendem que a democracia só poderia ser efetiva caso os cidadãos participem ativamente e ocorra a formação de grupos sociais organizados, pois é através do plano local que ocorre a mudança social. Além disso, essas associações locais devem ser desenvolvidas de forma que valorizem a cultura e as demandas do território, a fim de fortalecer os laços de solidariedade.

2.2 Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo de gestão pública que promove a participação direta da sociedade na elaboração, discussão e fiscalização do orçamento público. Sua principal característica é a democratização e transparência do processo orçamentário, possibilitando que a população contribua com sugestões, prioridades e decisões relacionadas à alocação de recursos públicos (Porto; Rena, 2024).

A implementação do OP no Brasil esteve fortemente vinculada às diferentes configurações partidárias e contextos políticos ao longo do tempo. Inicialmente, consolidou-se como uma ferramenta de democratização durante a gestão de governos progressistas, especialmente sob a influência do Partido dos Trabalhadores (PT), que adotou experiências significativas de participação popular, sobretudo em Porto Alegre e outros municípios liderados pelo partido após a redemocratização (Lüchmann, 2014).

Esse modelo caracteriza-se por assembleias populares, fóruns e conselhos que garantem espaço para a participação coletiva, além de promover maior controle social sobre as ações do poder

público. Dessa forma, a importância do OP para a democracia e a participação popular, especialmente de grupos marginalizados, é imensa, pois ele constitui uma ferramenta efetiva de fortalecimento da cidadania e de ampliação do acesso aos espaços de decisão política (Porto; Rena, 2024).

Para grupos marginalizados, como comunidades de baixa renda, moradores de bairros populares, populações indígenas, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, o OP oferece um espaço de voz que muitas vezes não é reconhecido por outros canais institucionais de participação política (Gonçalves et al., 2023). Nesse espaço, esses grupos podem apresentar suas demandas específicas, defender seus direitos e participar ativamente na elaboração de soluções para seus problemas, o que contribui para a redução das desigualdades sociais e para a inclusão desses segmentos na esfera pública.

Essa participação ativa não apenas influencia nas decisões orçamentárias, mas também promove o exercício de cidadania plena, estimulando uma cultura de participação e controle social mais ampla e efetiva (Lüchmann, 2014). Assim, o OP atua como um mecanismo que democratiza o acesso ao poder decisório, garantindo maior legitimidade às políticas públicas e fortalecendo a sociedade civil, principalmente em relação aos grupos que historicamente enfrentam exclusão e marginalização no processo político.

O desdobramento dessa prática no Brasil é notável, tendo sido incorporado em várias cidades de diferentes regiões, adaptando-se às especificidades locais e às estruturas institucionais existentes (Gonçalves et al., 2023). No entanto, a adoção do OP entrou em declínio nos anos 2000, enfrentando desafios como a efetiva implementação das propostas, a representação equitativa de todas as camadas da população e a integração entre as instâncias de decisão (Lüchmann, 2014).

3 Metodologia

Dada a complexidade dos fenômenos sociais, esta pesquisa adota o método qualitativo descritivo e explicativo, conforme Bauer e Gaskell (2002). Essa abordagem permite compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e práticas políticas, considerando as perspectivas do observador, do ator e a relação entre ambos no contexto social mais amplo. A pesquisa qualitativa é especialmente adequada por lidar com dados construídos em interações comunicativas, exigindo sensibilidade para captar diferentes formas de representação (Maia, 2020).

Os dados foram obtidos por meio de modos de comunicação informal — textos, falas e registros sonoros — com atenção às narrativas das lideranças comunitárias e às sutilezas de suas falas, como hesitações e expressões espontâneas. Reconhecendo que esses discursos podem ser influenciados pela presença do pesquisador e por expectativas percebidas pelos entrevistados, a análise foi conduzida com postura reflexiva e crítica, atenta às ambiguidades e dinâmicas implícitas. Assim, a pesquisa qualitativa valoriza a complexidade das expressões humanas como parte fundamental da construção do conhecimento sobre a realidade social.

O procedimento metodológico desta pesquisa foi dividido em três etapas: 1) trabalho de campo com observações diretas; 2) entrevistas semiestruturadas com conselheiros do “Tá Selado”; e 3) sistematização e análise dos dados para identificar padrões e significados nas falas dos participantes.

A primeira etapa consistiu em observação direta entre março e dezembro de 2023, com registros em diário de campo. Seguindo Friede (2019), adotou-se a observação direta extensiva, método comum na Ciência Política que permite, por meio da análise de um grupo amostral, inferir comportamentos mais amplos da comunidade. A OD extensiva foi aplicada durante as plenárias do Fórum “Tá Selado” no Distrito DAGUA e em reuniões organizadas pelos conselheiros com moradores da Terra Firme.

Essa escolha possibilitou observar, de forma contextualizada, as práticas, discursos e estratégias de mobilização das lideranças comunitárias. Ao acompanhar diretamente essas interações, o pesquisador pôde acessar os modos de participação política das lideranças em espaços coletivos de decisão. Pressupõe-se que essas práticas refletem dinâmicas sociais mais amplas, permitindo compreender o comportamento político da comunidade de maneira geral.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas com cinco dos seis conselheiros titulares que representam o bairro da Terra Firme no Fórum “Tá Selado”, entre julho e dezembro de 2024. Os participantes foram selecionados com base em sua atuação como representantes do bairro no programa. As entrevistas seguiram o modelo compreensivo de Bourdieu (2008), que combina elementos das entrevistas semidiretivas com uma abordagem etnográfica, buscando aprofundar as experiências e percepções dos interlocutores sobre sua participação política.

Essa metodologia visa promover um diálogo aberto e reflexivo, permitindo ao entrevistado compartilhar livremente suas vivências. A postura semidiretiva, o uso de perguntas abertas e a atenção a elementos não verbais foram fundamentais para captar a complexidade das práticas sociais e disposições (*habitus*) dos conselheiros, conforme orienta Bourdieu (2008). Flexibilidade e improvisação também foram essenciais, permitindo explorar temas emergentes durante as conversas.

As entrevistas foram agendadas via WhatsApp, respeitando a disponibilidade dos participantes, e realizadas em locais escolhidos por eles, para garantir conforto e espontaneidade. Todas as conversas foram gravadas em áudio com consentimento registrado oralmente. As transcrições foram feitas automaticamente com o auxílio do *Transkriptor*, e a análise dos dados foi realizada manualmente. Cabe destacar que um dos conselheiros não respondeu às tentativas de contato, o que foi interpretado como recusa implícita à participação na pesquisa.

A terceira etapa da pesquisa consistiu na análise dos dados, com base na Análise de Narrativas proposta por Gibbs (2009). Esse método busca identificar eventos críticos (episódios marcantes na trajetória dos indivíduos) que influenciam significativamente suas experiências e formas de atuação. A análise concentrou-se na identificação de padrões, temas recorrentes e sentidos atribuídos pelos participantes às suas vivências, com atenção às representações e significados mais profundos presentes nas narrativas.

Seguindo a tipologia de Gibbs (2009), que distingue três estruturas narrativas (restituição, caos e busca), a pesquisa se concentrou na *busca narrativa*. Nessa forma, o participante reconstrói sua trajetória de vida e reflete sobre como suas experiências impactam sua atuação atual, permitindo uma compreensão mais densa de seu engajamento social e político. Foram destacados eventos, experiências e relatos estruturantes, visando compreender como esses elementos moldam a participação política dos entrevistados, os quais estão identificados por numerações de acordo com a ordem de entrevista: 1, 2, 3, 4 e 5.

4 Resultados e discussão

A seguir, são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir das entrevistas com os conselheiros atuantes no Fórum "Tá Selado" e das observações sistemáticas realizadas durante o trabalho de campo. Esta seção busca articular os dados empíricos às reflexões teóricas, evidenciando as formas de participação política das lideranças comunitárias e os sentidos atribuídos por elas a essa atuação.

4.1 Fórum de Participação Cidadã "Tá Selado"

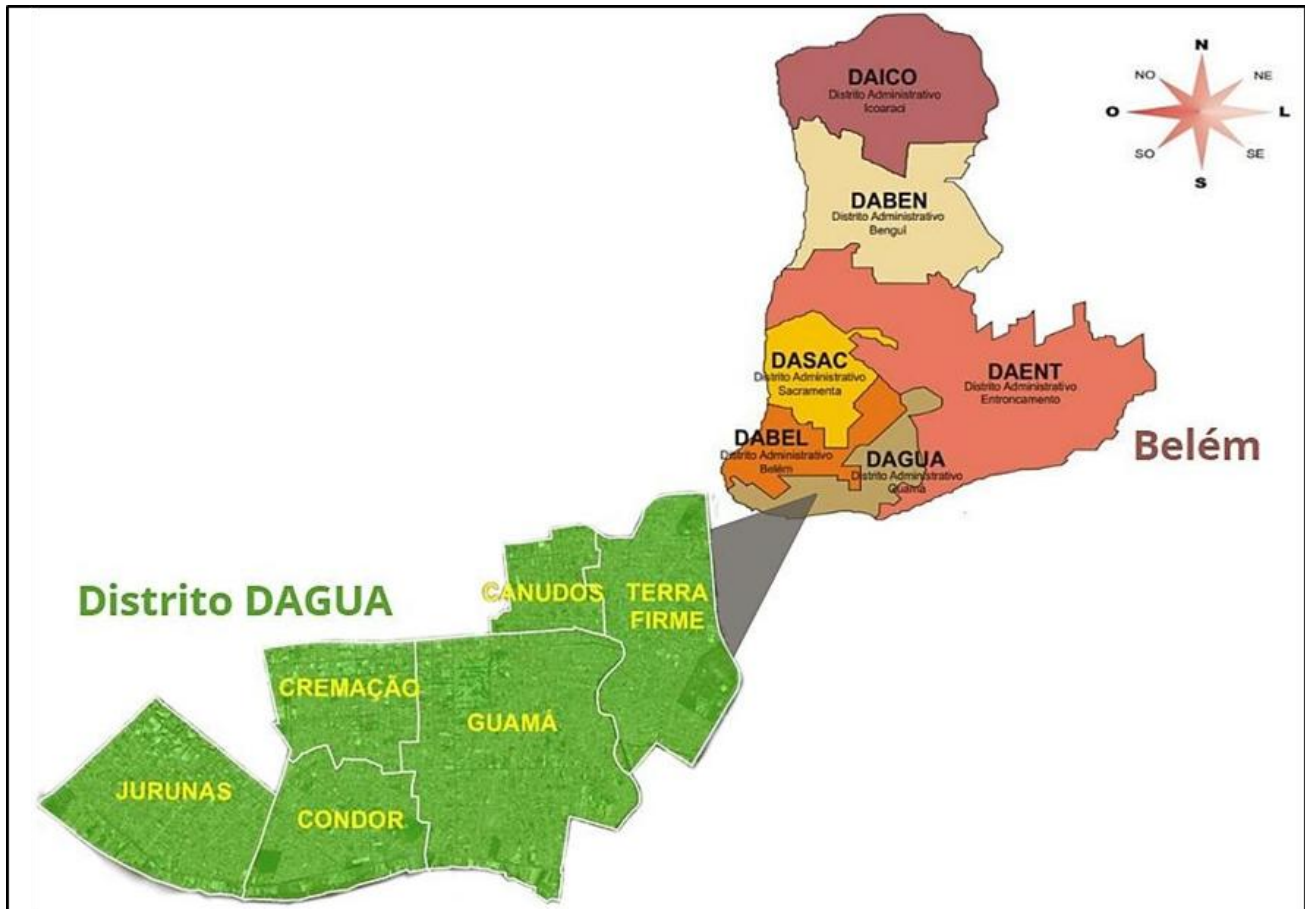
O programa de governo "Tá Selado" foi uma iniciativa implementada pelo então prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, que teve início em anos anteriores e foi retomado em 2021 (Ribeiro, 2023). O programa teve como objetivo promover a participação social e a democracia participativa, envolvendo os moradores da cidade na definição de prioridades e no direcionamento de recursos para demandas urgentes dos bairros.

O "Tá Selado" funcionou como um processo de participação cidadã institucional que buscava reunir representantes de bairros e moradores para escolher as demandas mais importantes e urgentes a serem atendidas pelo governo municipal (Ribeiro, 2023). Essas demandas são consideradas na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e de um plano de longo prazo para a cidade, denominado "Belém 2035, 200 anos da revolução cabana". Além disso, pode ser considerado um programa de orçamento participativo, pois envolvia a participação ativa dos moradores da cidade na definição de prioridades e no direcionamento de recursos para atender demandas específicas dos bairros.

Sendo um espaço dedicado ao engajamento cívico e à participação ativa dos cidadãos nos processos políticos e sociais da cidade de Belém, a escolha do termo "Tá Selado" é referente a uma expressão popular típica da região que significa algo como "está acordado" ou "está fechado", indicando compromisso e decisão. Geralmente, as plenárias realizadas pelo "Tá Selado" tinham o objetivo de discutir questões relevantes para a comunidade, propor soluções, acompanhar políticas públicas e fiscalizar a atuação dos governantes, contribuindo para uma gestão mais transparente, inclusiva e responsável (Ribeiro, 2023).

Para o funcionamento do Fórum, foi necessário a eleição de delegados e conselheiros para cada região da capital, que atuavam como representantes da população. A cidade de Belém é dividida em oito distritos administrativos: Belém (DABEL), Bengui (DABEN), Sacramento (DASAC), Guamá (DAGUA), Entroncamento (DAENT), Icoaraci (DAICO), Outeiro, (DAOUT) e Mosqueiro (DAMOS). Sendo que os dois últimos são ilhas anexas à região administrativa de Belém e os seis primeiros (Figura 1) compõem a região central da cidade.

Figura 1 – Divisão distrital da região central de Belém, com ênfase nos bairros do Distrito DAGUA



Fonte: adaptado de Azevedo Júnior et al. (2016) e Gusmão (2013)

Seguindo a divisão administrativa, cada distrito teria que eleger seus próprios delegados e conselheiros que os representassem durante as planárias municipais para tomada de decisões (Ribeiro, 2023). A divisão para eleição desses atores foi organizada através de votação popular livre. Para a escolha dos delegados, cada indivíduo interessado em se candidatar deveria realizar uma inscrição no site do “Tá Selado”. O número de delegados é variável de acordo com o bairro, pois cada bairro tem direito a um representante a cada 3.000 habitantes.

Caso o número de inscrições para delegados fosse superior ao número de vagas disponibilizados por bairro, seria necessário realizar uma plenária eleitoral para que a população do bairro votasse em seus respectivos candidatos, onde seriam eleitos aqueles mais votados. Por outro lado, para a escolha dos Conselheiros Titulares, a votação foi realizada pelos delegados já eleitos, visto que só poderiam se candidatar às vagas de conselheiros aqueles que já estivessem sido eleitos como delegados. No caso da Terra Firme, foram eleitos 30 delegados e seis Conselheiros Titulares.

4.2 A participação institucional das lideranças no “Tá Selado”

O “Tá Selado” surgiu como um programa de participação cidadã, mas enfrentou desafios que limitaram seu impacto e eficácia, conforme argumenta o Entrevistado 3. Sua função central era mobilizar a comunidade, permitir que demandas fossem eleitas e fiscalizar a execução de obras e projetos. No

entanto, o programa, vinculado à Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGEPE), não conseguiu reproduzir plenamente a experiência democrática vivenciada em iniciativas anteriores, como o OP, implementado na gestão anterior do prefeito Edmilson:

Pesquisador: O senhor é conselheiro do “Tá Selado”, né?

Entrevistado 3: Sou.

Pesquisador: Como foi a indicação para essa função?

Entrevistado 3: Olha... Na verdade a gente foi assim, quando começou o governo municipal, que aí a gente soube do “Tá Selado”... Que inclusive eu já tinha uma experiência do governo anterior do Edmilson que foi criado também chamado o OP, Orçamento Participativo, que foi muito bom, melhor que esse aí.

[...]

Quando teve o Orçamento Participativo foi uma participação muito porreta mesmo, as assembleias eram bastante grandes, tinha programação cultural... Era uma democracia mesmo ali, o prefeito ia. E naquela época eu trabalhava dentro do Orçamento Participativo. Eu mobilizava também a comunidade. Então você tinha os debates mesmo. O Edmilson ia praticamente em todas as plenárias, tanto de bairro, como distrital, como da cidade. E da cidade dava uma porrada de gente, muita, muita, muita gente. Mais de mil... Dava duas mil pessoas. E ele ouvia elogio e ouvia aquelas críticas, muitas. Mas era muito bonito essa participação democrática. O “Tá Selado” não chegou nem perto.

O Entrevistado 3 relembra com nostalgia o funcionamento do OP, que promovia uma ampla participação popular. As plenárias eram massivas, reunindo milhares de pessoas e contando com programação cultural, debates intensos e a presença constante do prefeito, que ouvia críticas e elogios diretamente da população. Ele também destaca que, naquela época, seu papel na mobilização comunitária era ativo e desafiador, ajudando na organização das plenárias e no engajamento das pessoas. Esse envolvimento direto contribuía para uma sensação de pertencimento e participação democrática genuína.

Em contraste, o “Tá Selado” enfrentou limitações desde o início. Como o Entrevistado 1 descreve, o primeiro ano do programa ocorreu em formato híbrido devido à pandemia, o que dificultou a mobilização e reduziu a adesão. Após esse período inicial, o Entrevistado 2 relata que o programa perdeu força, não por desinteresse dos conselheiros, mas pela condução inadequada pela gestão da SEGEPE.

A frustração expressa pelos entrevistados em relação à ineficácia do “Tá Selado” pode ser compreendida dentro do contexto mais amplo de enfraquecimento das experiências de OP no Brasil. Segundo Oliveira, Barboza e Kronemberger (2023), essa mudança pode ser explicada por diversos fatores como a crescente setorização dos gastos públicos e a crise financeira dos municípios, o que pode ter limitado os recursos disponíveis para a implementação efetiva das decisões tomadas pelos conselheiros do “Tá Selado”. Outro fator relevante é a tendência de redução das verbas destinadas a políticas participativas ao longo dos anos aliada à falta de planejamento a longo prazo.

A Entrevistada 4 reafirma que o atual programa apresenta fragilidades institucionais e problemas operacionais que impactam a eficácia da atuação das lideranças comunitárias. Na entrevista, ela revela o processo de entrada da entrevistada no movimento, após ser convidada por outras lideranças para integrar reuniões e discutir prioridades para o bairro Terra Firme. A partir

dessas discussões, ela percebeu que o bairro tinha áreas críticas, como o Lago Verde, marcadas por precariedade urbana e problemas de saneamento, que ela desconhecia devido ao que considera ser sua vivência mais protegida, voltada para o ambiente universitário e distante das áreas consideradas perigosas por conta da violência urbana.

Durante o processo de eleição dos conselheiros do “Tá Selado”, o bairro Terra Firme, com sua população de mais de 60 mil habitantes, teve direito a seis representantes, eleitos por meio de votação paritária (três homens e três mulheres). A chapa vencedora foi a representada pelos entrevistados dessa pesquisa, os quais iniciaram sua atuação no programa, participando de reuniões e discutindo a aplicação de recursos públicos, como o valor de um milhão de reais destinado ao bairro. Esse valor foi distribuído entre o projeto técnico do Lago Verde e melhorias em uma rua do bairro.

Segundo a Entrevistada 5, durante a eleição dos conselheiros, a TF apresentou duas chapas e ressalta que a chapa vencedora era composta pelas lideranças que estavam “na frente” da luta, organizando ações e articulando as demandas da comunidade. Em sua fala, destaca principalmente a atuação do Entrevistado 3 e da Entrevistada 4 no processo de construção das propostas, visto que o Entrevistado 3 já possuía um repertório de luta bem extenso no bairro. Esse reconhecimento público foi fundamental para a escolha do grupo, consolidando-os como lideranças comunitárias consagradas (Bourdieu, 1981).

Nesse contexto, a noção de democracia deliberativa participativa pode ser relacionada ao modelo idealizado do “Tá Selado”, que prevê plenárias e eleição de representantes por distritos. Embora na prática haja limitações, o desenho do programa buscava criar essa instância deliberativa. A fala da Entrevistada 4 sobre a composição da chapa e o processo de apresentação de propostas mostra que houve, ao menos em parte, esse espaço para escolha consciente e discussão coletiva.

Em outro ponto, a fala da Entrevistada 4 evidenciou como o engajamento dela e de outros conselheiros no “Tá Selado” está profundamente ligado à sua história de luta comunitária e ao reconhecimento de sua atuação em espaços políticos e sociais anteriores. Tal fato concorda com a teoria de Gohn (2019a), na qual a trajetória pessoal e os vínculos com redes de participação comunitária foram determinantes para sua inserção como liderança.

A Entrevistada 5 também menciona as atividades realizadas pelos conselheiros e pela comunidade no início do “Tá Selado”. As lideranças da TF se articularam entre si para focar na demanda do Lago Verde, criando o Movimento Tucunduba Pró-Lago Verde (MTPLV) no mesmo ano da implementação do “Tá Selado”, o qual teria o propósito de reunir a comunidade em torno do problema, bem com acompanhar e fiscalizar as obras no Lago Verde e de pavimentação de outras ruas a partir do momento que fossem aprovadas por meio do Fórum. A Entrevistada 5 destaca a mobilização pela pavimentação que resultou em uma obra com jardim e melhorias estruturais:

Pesquisador: Quais atividades dos conselheiros “Tá Selado”?

Entrevistada 5: Primeiro nós tivemos o movimento pela construção de parte da Celso Malcher, da São Domingos até a Rua do Arame, porque tinham várias poças de água. A gente fazia café manhã, chamava a comunidade, fazia reunião, chamava a prefeitura, o Edmilson ia pra lá! Ficou linda, inclusive com o jardim, foi ele que fez a primeira parte da Celso Malcher. A gente fez tipo isso, muitas coisas, muitas reuniões... Chegamos a fazer plenárias com 400 pessoas na igreja, chamamos Ministério Público, a OAB e a Defensoria Pública pra colocar a necessidade da

construção. Eu puxei uma palavra de ordem, sabe? Tudo pelo “Tá Selado”. De repente foi tudo pra mão do Helder pilantra.

Pesquisador: Então a senhora participou de todas essas atividades?

Entrevistada 5: Foi! Aí eu cantei uma palavra de ordem: “*No Tá selado!... Eu quero ver a construção do Lago Verde acontecer*”. E de repente saiu da prefeitura e morreu tudo.

Para viabilizar essa conquista, a comunidade organizou reuniões, cafés da manhã e plenárias, chamando representantes de várias entidades, como o Ministério Público, para debater a necessidade das obras (Figura 2). Essas ações evidenciam o caráter participativo e mobilizador dos movimentos sociais ao buscarem envolver diferentes atores sociais e vias institucionais nas suas lutas (Lavalle et al., 2022).

Figura 2 – Reunião entre as lideranças do bairro da Terra Firme para discutir os problemas do bairro



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Apesar do entusiasmo inicial e das expectativas de que as demandas seriam atendidas, a Entrevistada 4 aponta problemas de documentação e falta de regulamentação do programa:

Entrevistada 4: As coisas, elas não foram bem documentadas. Tá os nossos nomes lá, até hoje. Só que é um “Tá Selado” que não tem uma normativa, não tem direito, um contrato, entendeu? Não tem as normas de dizer assim “*olha, uma pessoa, se ela morre, quem é que entra no lugar dela?*” Como é que escolhe isso? As coisas têm que ser amarradas. Então não tinha isso, a gente estava angustiado, dizendo que a gente era liderança e tal. Tanto que a gente depois ficou “*sim, gente, até hoje a gente é conselheiro?*”. Quanto é o tempo de validade disso? É de dois em dois anos, aí depois são escolhidos novos conselheiros. Só que nunca foi, né? Nunca foi, acabou que a gente ficou. Hoje em dia o site já tá até fora do ar por causa das eleições.

[...]

Só que foi mal-conduzido e, assim, não foi mal-conduzido também por acaso, porque os caras até fizeram a parte dele, eles vieram, nomearam a gente, a gente era conselheiro, só que não tinha o dinheiro pra executar as obras escolhidas pela comunidade, entendeu? Então a gente escolheu 60 mil pro projeto, escolhemos pra passagem dos milagres. Cadê a papel dos milagres? Cadê? Já passou um ano, já passou dois anos. A política pública foi perdendo credibilidade, porque todo mundo de todos os bairros fez a sua parte, escolheram e o asfalto, a drenagem não chegou. Aí o pessoal brincava com o nome, né? Do “Tá Selado”, chamavam de outras coisas: “*Tá ferrado*”. Aí ficaram brincando levando a política pública e todo mundo ficou com cara

de tacho. Aí não adianta a gente chamar novas plenárias se as promessas feitas pra comunidade não estão sendo cumpridas.

Segundo ela, não há normativas claras que definam, por exemplo, o mandato dos conselheiros, o processo de substituição em caso de vacância ou critérios de renovação dos representantes. Esse déficit organizacional gerou incertezas entre os conselheiros, que, mesmo após o término do período estipulado, continuaram sem saber se ainda estavam oficialmente no cargo. A situação foi agravada com a desativação do site do programa, dificultando ainda mais o acompanhamento das ações e decisões.

A principal questão levantada pelos entrevistados é a desarticulação entre as decisões participativas e a execução das obras, resultado de entraves burocráticos e falta de clareza no uso dos recursos públicos. Como descreve o Entrevistado 1, esse descompasso gerou frustração entre os conselheiros e moradores, pois projetos prioritários, como o asfaltamento da Passagem dos Milagres, não foram realizados no tempo esperado, minando a credibilidade do programa. A Entrevistada 4 complementa que a descrença levou à ironia popular, com o nome do programa sendo alvo de brincadeiras depreciativas, como “Tá Ferrado”, simbolizando a sensação de impotência diante do descumprimento das promessas.

A falta de articulação e o distanciamento da prefeitura comprometeram a continuidade e a efetividade do programa, especialmente quando o projeto de macrodrenagem do Lago Verde passou para o governo estadual. Essa mudança, longe de resolver os problemas, gerou novos obstáculos. O governo estadual assumiu a responsabilidade pela obra, mas sem garantir a participação popular prometida no âmbito municipal.

Com a transferência da responsabilidade da obra para o estado, os conselheiros participantes do MTPLV passaram a ter mais dificuldades em estabelecer uma comunicação transparente e direta com os atuais responsáveis. Nesse contexto, intensificaram as reivindicações em associação com os moradores locais e a obra foi parada enquanto o estado não apresentasse um projeto com caráter socioambiental e, também, garantisse a indenização justa aos moradores. Isso porque, como descreve Santos (2022), atores com papel de liderança na comunidade podem mobilizar e engajar os membros da comunidade a participar de atividades políticas, bem como influenciar em suas formas de participação e apoios políticos.

No âmbito do “Tá Selado”, novas discussões foram realizadas para o remanejamento dos R\$ 700.000,00 que anteriormente eram destinados à obra. O dinheiro foi redirecionado para pavimentação e drenagem de ruas, conforme acordado em novas reuniões. Contudo, a falta de comunicação e de documentação adequada contribuiu para a disseminação de informações confusas entre os moradores. Como prova, o Entrevistado 1 descreve que o dinheiro nunca foi convertido e o Entrevistado 2 afirma que as ruas foram pavimentadas. A Entrevistada 4 destaca que a ausência de registros detalhados e acessíveis faz com que algumas pessoas não saibam que os recursos foram utilizados, ainda que de maneira diferente da prevista inicialmente.

Os relatos dos entrevistados expõem o caráter fragmentado da execução dessa política pública e evidencia como a falta de continuidade, clareza normativa e comunicação eficaz pode comprometer a legitimidade de processos participativos. De forma semelhante, Prist e Bucci (2021) descrevem que a

deliberação entre vias institucionais e movimentos não institucionais por vezes não são totalmente eficazes, pois esses últimos passaram a ser progressivamente afastados da tomada de decisões. Dessa forma, percebe-se que, mesmo com a abertura de um canal de participação popular, não é garantido o alcance das demandas da comunidade tal qual foi solicitado.

O “Tá Selado” representou um processo de participação popular que, segundo Gohn (2019b), deve incorporar cidadãos de diferentes classes sociais, perfis políticos e ideológicos na definição de prioridades para investimentos públicos. Nesse sentido, o programa reflete a concepção de cidadania ativa ao permitir que moradores atuem como conselheiros e delegados, assumindo um papel formal na tomada de decisões. No entanto, o “Tá Selado” também evidencia os desafios da participação, especialmente no que se refere à divisão real de responsabilidades entre governo e sociedade.

A definição de Almeida (2020) sobre participação política eficaz como aquela que permite discussão, deliberação e monitoramento da ação governamental se conecta com os objetivos formais do “Tá Selado”. Os relatos de encontros com secretarias, cobranças públicas e acompanhamento da execução das obras mostram que os conselheiros buscaram exercer esse papel fiscalizador e deliberativo. No entanto, as frustrações expressas, como as do Entrevistado 1, apontam que essa eficácia ainda é comprometida pela falta de continuidade e escuta real por parte do poder público.

Dessa forma, embora tenha sido criado como um espaço democrático, com plenárias e debates comunitários, sua efetividade foi comprometida pela falta de transparência na execução das demandas aprovadas e pela dificuldade da população em acessar informações claras sobre os processos decisórios. O “Tá Selado” demonstrou que, para que a participação seja de fato significativa, não basta a criação de canais de consulta pública; é essencial que as decisões tomadas pelos cidadãos sejam respeitadas e implementadas, garantindo não apenas o engajamento, mas também a consolidação de uma comunicação democrática eficaz entre população e governo.

5 Considerações finais

A análise da participação política das lideranças comunitárias no bairro Terra Firme, por meio do acompanhamento do Fórum “Tá Selado”, trouxe como resultados que, apesar de o programa representar uma importante estratégia de engajamento cívico e de promover a inclusão da comunidade nas decisões públicas, sua efetividade encontra limitações decorrentes de fatores institucionais e de transparência.

Observou-se que as lideranças atuam como intermediárias entre a população e o poder público, exercendo um papel fundamental na mobilização social, na representação de demandas e na fiscalização das ações governamentais. No entanto, a fragilidade na continuidade das ações, a falta de escuta atenta às reivindicações e a insuficiente transparência no acompanhamento das demandas prejudicam a legitimidade e a eficiência do fórum como espaço de participação genuína.

Além disso, a comparação com experiências anteriores, como o Orçamento Participativo, revela que espaços democráticos mais consolidados e culturalmente arraigados oferecem condições mais favoráveis à efetiva influência da comunidade nas decisões. Portanto, para fortalecer a participação cidadã no bairro Terra Firme, é essencial ampliar a transparência, garantir

acompanhamento e implementação efetiva das propostas e promover uma interlocução mais contínua e escuta ativa por parte do poder público.

Assim, conclui-se que, embora o “Tá Selado” seja uma iniciativa importante de inclusão social e política, sua consolidação como espaço democrático eficaz demanda aprimoramentos institucionais e um compromisso maior com a escuta efetiva e a implementação das demandas populares. Essa reflexão reforça a necessidade de fortalecer as experiências de participação social como instrumentos de transformação social e de fortalecimento da democracia participativa no contexto das comunidades periféricas.

Referências

- ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de. O desenho institucional do Conselho Municipal de Habitação de Juiz de Fora em um contexto de democracia deliberativa. *Vianna Sapiens*, v. 11, n. 1, p. 224-244, 2020.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012.
- AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan. 2017.
- AZEVEDO JUNIOR, Wladimir Colman de; PATRÍCIO, Júlio César dos Santos; BIERE, Márcia Lasmar; SCHUBER, S. Machado; GÓES, David Souza. A cultura cívica nos distritos administrativos de Belém-PA, em 2015. *Papers do NAEA*, n. 359, 2016.
- BAQUERO, Marcelo. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 83-108, 2003.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisas qualitativas com textos, imagem e sons*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, v. 27, p. 263-288, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Provação escolar e consagração social: As classes preparatórias para as grandes escolas. *Revue Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 39, n. 1, p. 3-70, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *El oficio de sociólogo*. 2 ed. México: Siglo XXI, 2008.
- BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico*, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 9 maio. 2023.
- BRITO, Carlota Cristina da Silva. Terra Firme, de tudo um pouco: uma experiência com um Ponto de Memória. IV Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus, Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, Madrid, Lisboa, *Anais...*, Rio de Janeiro, 2014.
- DAHL, Robert A. *A Democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FERREIRA, Antônio Carvalho; COELHO, Helder Santos; NASCIMENTO, Robson Patrick Brito. O bairro Terra Firme no contexto da periferização nas baixadas do sul da cidade de Belém (Pa). In: SILVA, Christian Nunes da; PALHETA, João Márcio; CARVALHO, André Cutrim; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa. *Estudos Geográficos e Cartografias na Amazônia*. Belém: GAPTA/UFPa, v. 1, 2023, p. 45-62.

FRIEDE, Reis. *Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado: teoria constitucional e relações internacionais*. 8 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e sociedade*, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CRH*, v. 32, p. 63-81, abr. 2019a.

GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes, 2019b.

GOHN, Maria da Glória. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis – como impactam e por que importam?* Petrópolis: Vozes, 2022.

GONÇALVES, Marciana Aparecida Hilario Pena; DUARTE, Priscila da Silveira; BERNARDES, Roseli da Silva; MARTINS, Simone. Experiências com a implementação do orçamento participativo no contexto municipal brasileiro: uma revisão integrativa. *Revista Foco*, v. 16, n. 10, p. 1-24, 2023.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. Geografia e cartografia digital: cartografia dos distritos administrativos de Belém/PA com Google Earth. *GeoCartografia Digital*. 2013. Disponível em: <<https://geocartografiadigital.blogspot.com/2013/05/cartografia-dos-distritos.html>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

KRISTAN, M. Victória. Democracia global con atajos. *Revista Derecho del Estado*, n. 55, p. 105-123, 2023.

LAVALLE, Adrián Garza. Participação, (des)igualdade política e democracia. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Unesp, 2016, p. 171-202.

LAVALLE, Adrián Garza.; CARLOS, Euzeneia; SZWAKO, José; DOWBOR, Mônica; SANCHEZ, Beatriz Rodrigues; RODRIGUES, Fernando Peres; BRAGA, Victoria Lustosa. Falando de institucionalização e movimentos sociais: usos, vantagens e limites da abordagem de encaixes institucionais e domínios de agência. *Política & Sociedade*, v. 21, n. 51, p. 270-298, 2022.

LIRA, Adriana do Socorro Campos de. *Coletivo Terra Firme: comunicação e cidadania na periferia*. 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

LÜCHMANN, Lúgia Helena Hahn. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 167-197, 2014.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. *Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa*. Elaboração, aplicação e análise de conteúdo. São Paulo: Pedro e João, 2020.

- MANSBRIDGE, Jane J. *Beyond adversary democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova*, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.
- MILBRATH, Lester W. Political participation. In: LONG, Samuel L (org.). *The Handbook of Political Behavior*. v. 4. Boston, MA: Springer US, 1981. p. 197-240.
- OLIVEIRA, Ana Cláudia Pedrosa; BARBOZA, Julia Delgado; KRONENBERGER, Thais Soares. Formação da agenda do Orçamento Participativo híbrido de Volta Redonda-RJ à luz do Modelo de Múltiplos Fluxos. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 15, n. 2, p. 1-16. 2023.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PINTO, Pedro Israel Mota; RIBEIRO, Willame de Oliveira. Diferenciação socioespacial, violência e (in)justiça espacial na periferia urbana da Terra Firme, Belém/PA. *Revista de Geografia*, v. 38, n. 3, p. 351-373, 2021.
- PIZZORNO, Alessandro. *Introduzione al lo studio del la partecipazione política*. Apostila DCP. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- PORTO, Henrique Dias; RENA, Natach. O Orçamento Participativo no Sul Global: por uma nova difusão internacional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, n. 1, p. 1-30, 2024.
- PRIST, Arthur Hirata; BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito à cidade e esfera pública: entre a participação política e a renovação jurídico-urbanística. *Cadernos Metrópole*, v. 23, n. 51, p. 629-650, 12 maio 2021.
- PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. In: CROTHERS, Lane; LOCKHART, Charles (org.). *Culture and politics: A reader*. New York: Palgrave Macmillan US, 2000, p. 223-234.
- RIBEIRO, Mariana Guimarães Campos. *Mobilização Social a partir de um rio urbano da Amazônia: o processo comunicativo do Movimento Tucunduba Pró Lago Verde em Belém-PA* 2023. 104 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- SANTOS, Wagner Vils Ribeiro. *O processo participativo em projetos de urbanização de favela: estudo sobre experiências em Pavão-Pavãozinho e Cantagalo*. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)*. 2018. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Artigo recebido em: 26/06/2025.

Aprovado em: 19/09/2025.

Lucas Silva Cavalcante Franco (Lcavalcante.lc36@gmail.com) é Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela UFPA.

Fernanda Valli Nummer (fernandanummer@gmail.com) é Doutora em Antropologia Social pela UFRGS (2010). Pesquisadora e professora da UFPA. Atua na Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política-UFPA.

**Fórum Municipal de Participação Cidadã “Tá Selado”:
análise da participação política de lideranças comunitárias do bairro da Terra Firme, Belém-PA**

Resumo. Este artigo analisa a participação política das lideranças comunitárias no bairro Terra Firme, Belém-PA, centrando-se no funcionamento do Fórum “Tá Selado”. A pesquisa utilizou entrevistas semiestruturadas, observação direta e análise de narrativas para compreender as estratégias de mobilização das lideranças e os desafios institucionais enfrentados. Os resultados indicam que, apesar do papel das lideranças na representação de interesses e fiscalização, a fragmentação, a falta de continuidade e o limitado envolvimento na participação institucional comprometem a legitimidade do fórum. A ausência de normativas claras e o desmonte de plataformas de acompanhamento reforçam essas fragilidades. A experiência do “Tá Selado” evidencia os limites do acesso e da influência do movimento social na formulação de políticas públicas. Além disso, o estudo evidencia que, embora o “Tá Selado” fomente a inclusão social e o engajamento cívico, sua influência nas decisões orçamentárias, como no âmbito do Orçamento Participativo, é limitada. Conclui-se que fortalecer a transparência, formalizar regras institucionais e promover uma escuta mais efetiva pelas autoridades são essenciais para consolidar uma participação comunitária mais democrática, vinculada às instâncias de decisão orçamentária e aos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimento social; Participação institucional; Orçamento Participativo

**Municipal Forum of Citizen Participation “Tá Selado”:
analysis of the political participation of community leaders in the Terra Firme neighborhood, Belém-PA**

Abstract. This article analyzes the political participation of community leaders in the Terra Firme neighborhood, Belém-PA, focusing on the “Tá Selado” forum. Using semi-structured interviews, direct observation, and narrative analysis, it explores leaders' mobilization strategies and institutional challenges. Results show that, despite their role in representing interests and overseeing actions, fragmentation, lack of continuity, and limited institutional participation weaken the forum's legitimacy. The absence of clear regulations and the dismantling of monitoring platforms reinforce these issues. Furthermore, the “Tá Selado” experience illustrates the limits of social movement influence in shaping public policies. The study highlights that, although “Tá Selado” promotes social inclusion and civic engagement, its influence on budget decision-making, including Participatory Budgeting, remains limited. The findings suggest that strengthening transparency, formalizing institutional rules, and fostering more effective listening by public authorities are key to consolidating a more democratic community participation, linked to budget decision bodies and social movements.

Keywords: Social movement; Institutional participation; Participatory Budgeting